

ACÇÃO COLECTIVA: CONDIÇÕES, OPORTUNIDADES E LIMITES. UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM ASSENTAMENTO DO MST

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMA

O exercício deste texto¹ procura problematizar o conceito de movimento social, aferir suas potencialidades e limites, conjugando a confluência de duas vertentes – teórica e prática –, as quais, sempre que possível, se pretende estejam imbricadas e interdependentes. Uns, partindo da ideia de que movimento implica organização e gestão de recursos, consideram que movimento social poderia ser subsumido na definição de organização. Porém, a maior parte dos autores não partilha esta concepção demasiado gestionária de movimento e, independentemente do tipo de movimento, atribui-lhe a ideia de dinâmica social, em regra tendente à contestação do *status quo* e implicando reivindicações ou exigências colectivas em prol de determinadas classes, etnias, género, território, ambiente, etc. A este respeito, diversos são os autores que distinguem ‘velhos’ e ‘novos’ movimentos sociais: os primeiros, como os sindicais, baseados na identidade de classe e os segundos, de carácter inter ou transclassista, como os feministas, étnicos ou ecológicos que, sendo transver-

MANUEL CARLOS SILVA*

ANA MARGARIDA DOS REIS
JORGE**

RESUMO

Tendo como pano de fundo a questão social e sociológica sobre quais as condições necessárias para a emergência (ou não) da acção colectiva, este artigo aborda esta questão confrontando diversas posições a este respeito, enriquecendo-a com dados empíricos de um estudo de caso num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado de Pernambuco (Brasil). Estes trabalhadores surgem pelo MST com uma organização própria, questionando inclusive a lógica global inerente ao actual estágio do desenvolvimento capitalista. Recolhendo contributos de diversos autores (neo)marxistas e (neo)weberianos sobre movimentos sociais, assumimos todavia como básico o imperativo da sobrevivência e segurança (Scott) e combinamos, na esteira de Bader, os diversos níveis de análise da acção colectiva.

ABSTRACT

Within a social and sociological background which may provide the necessary conditions for emergency (or not) of collective action, the author tackles this issue by confronting several positions dealing with it, and enriching it with empirical data from a case history found on a settlement administered by the Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) in the State of Pernambuco. These workers are grouped by the MST as an organization which questions the global logic found in the current stage of capitalist development. By collecting contributions from several neo(Marxist) and neo(Weberian) authors who deal with social movements, we defend as a fundamental issue the surviving and security imperative (Scott) and combine, following Bader's trail, the various levels of analysis for collective action.

* Sociólogo, professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal. (mcsilva@ics.uminho.pt)

** Socióloga, doutoranda, bolsista de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. (Ana.j.mr@gmail.com)

sais a várias classes ou grupos sociais, explicar-se-iam pelo novo contexto da sociedade pós-industrial (BELL, 1973), pós-moderna ou pós-materialista (INGLEHART, 1993), pelas diferenciadas bases de apoio já referidas (OFFE, 1992), destacando-se nos segundos as velhas e novas classes médias, além de categorias periféricas ao mercado de trabalho. Não obstante alguma pertinência no argumento, tal posição é controversa, acrescendo o facto de movimentos sociais alegadamente novos, como o feminista e o anti-racista, remontarem aos séculos XVIII e XIX.

No seio dos autores que distinguem movimento social de organização, alguns como Touraine (1978) associam a ideia de movimento social, velho ou novo, a um projecto alternativo visando a transformação social. Outros, porém, a par do potencial libertador, não deixam de sublinhar eventuais limites, a função integrativa do movimento social ou, pelo menos, o carácter não necessariamente contestatório face ao actual sistema capitalista, como apontam Offe (1992) e Gohn (1995). Sem assumir, *a priori* e em termos absolutos, o movimento social ora como emancipador ora como integrador, será

curial, na esteira de Wertheim (1971) e Silva (2000), analisar os movimentos sociais como ‘contrapontos’ anti-hegemónicos, constituindo, todavia, por regra, um potencial para a emancipação social. O estudo de caso gira em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que, como processo conhece várias fases, e tem como ponto crítico desafiador do sistema a ocupação das terras, como forma de questionar o direito de propriedade latifundiária. Neste âmbito foi realizado um trabalho de campo no assentamento Gregório Bezerra, uma conquista do MST na Zona da Mata Pernambucana – Brasil.

Desde logo reconhecemos que uma efectiva transformação do capitalismo, não se circunscrevendo à acção de uma classe, grupo ou movimento, exigirá certamente um envolvimento de classes, grupos e forças sociais em sentido amplo, em âmbitos local-regional, nacional e global. Por outro lado, os movimentos sociais, sejam velhos ou novos, não têm que cingir-se a reivindicações imediatistas, perdendo o sentido estratégico da mudança qualitativa nem, no pólo oposto, cair numa visão expectante e ‘utópica’ de objectivos a longo prazo, desprezando as pequenas lutas de curto prazo, pois ambas são articuláveis. Fixando-nos no referido estudo de caso, pretendemos, assim, dar conta de alguns resultados da pesquisa, tendo presente as seguintes questões de partida que enformaram a investigação:

- *Quais as razões e os motivos que estão na génese da integração dos trabalhadores rurais sem terra no MST? Quais as particularidades em termos de origens sociais e trajectos de vida que confluem para que tal aconteça?*
- *Em que medida a situação de assentado representa uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais sem terra e em que medida condiciona e contribui para a passagem da percepção de identidade de classe para a emergência de uma consciência revolucionária? E, em caso negativo ou de modo limitado, quais as razões do bloqueio ou das limitações dessa consciência e da acção colectiva?*

Estas questões de partida apontam para uma análise direccionada para aspectos que se prendem com acções e trajectos, motivações e significados,

identidades e mundividências, umas e outras vinculadas às condições de vida da população em estudo. Metodologicamente foi adoptado o quadro compreensivo-interpretativo-explicativo de inspiração weberiana, relevando uma abordagem de cariz qualitativo, embora sem descurar alguns dados quantitativos. Desta forma, as principais técnicas utilizadas foram, para além da recolha documental, a começar pela do MST, o inquérito por questionário e com particular destaque, neste texto, os resultados da observação participante e da entrevista (história de vida)².

No estudo de caso, procuramos verificar até que ponto os dados confirmam ou infirmam abordagem teórica que, na esteira de Bader (1991, 2005), procurou combinar diversos níveis de análise, desde “o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais” (2005: 15), passando pela definição dos conceitos centrais de classe, *habitus* e consciência de classe, aliando-os às dimensões da experiência, organização, lideranças, ideologias e conflitos de classe.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: PRÉ-REQUISITOS DA ACÇÃO COLECTIVA

Um dos objectos de estudo cada vez mais frequente é o da acção colectiva e suas diversas formas de expressão e visibilidade: desde os rituais de iniciação e rixas intertribais, passando por revoltas camponesas e banditismo social, levantamentos por carestia alimentar ou exacção de impostos, conflitos sociais por razões salariais e outras podendo desembocar em protestos, greves e manifestações, mobilizações contra guerra e pela paz, pela defesa do meio ambiente ou movimentos étnicos, religiosos, nomeadamente os de cariz profético ou messiânico. Porém, a questão que surge como mais relevante consiste em saber como é que surgem tais acções colectivas; ou seja, quais as condições necessárias, quais as fases pelas quais uma determina entidade social (etnia, classe, grupo profissional ou movimento interclassista como o feminista ou ambiental) forja uma identidade e consciência (inter)grupal capaz de encontrar uma plataforma comum de objectivos e despoletar uma acção colectiva.

Várias são as perspectivas teóricas que se apresentam para dar conta deste tipo de fenómenos, compreendê-los e explicá-los. Sem deixar de ter presente

que a própria controvérsia teórica pode constituir um instrumento utilizável nos mais diversos tipos de conflito societal, convém, todavia, de modo sintético explicar os principais paradigmas teóricos.

Teorias centradas no processo de modernização minimizam a importância dos conflitos sociais ou, quando os admitem, remetem-nos de modo evasivo para a lógica da diferenciação e complexidade social das modernas sociedades (pós)modernas e efeitos delas decorrentes: quebra de laços sociais e morais, eventuais processos de anomia e desenraizamento social ou mesmo rupturas face a normas, valores e códigos de conduta próprios das sociedades tradicionais, designadamente agrárias e sua transição para as sociedades modernas (DURKHEIM, 1977). A esta perspectiva se podem agregar velhas e novas variantes da teoria estrutural-funcionalista de cariz normativista e culturalista que, num registo mais absoluto ou mais relativo conforme os autores, reforçam a ideia de que atritos, disfunções, desajustamentos ou eventuais conflitos se devem a choques ou desvios de padrões culturais, morais ou políticos vigentes (cf. PARSONS, 1988; MERTON, 1970; SMELSER, 1962; HUNTINGTON, 1968; LUHMAN, 1982; EISENSTAT e RONIGER, 1984).

Por paradoxal que pareça, teóricos estruturo-funcionalistas como Parsons, não obstante se demarcarem de outras ciências como a Psicologia, operam com conceitos provindos desta como motivação, projecção e interiorização; conceitos estes decalcados das correntes psicológicas nomeadamente freudiana. Com efeito, por sua vez, também em certas correntes psicológicas, os conflitos e as manifestações de massas são vistas como epifenómenos do inconsciente ou então erupções de um fundo emotivo, irracional e/ou psicopatológico que, em contexto de manifestações gregárias e anónimas, transmite-se por contágio ou imitação (LE BOM, 1986); ou ainda, numa outra vertente psicosocial ou mesmo psicanalítica, os conflitos resultariam da insatisfação ou frustração do *eros* face ao *superego* em termos individuais e colectivos, respectivamente, numa perspectiva freudiana (FREUD, 1921; MARCUSE, 1966). Em reacção a esta focalização psicanalítica em torno do inconsciente, para outras abordagens de orientação cognitiva, a explicação dos conflitos é feita na base das condições

do meio ambiente e/ou ausência de canais informativos e comunicativos. Ainda no campo da psicologia, conflitos e correlativas acções colectivas explicam-se pela discrepância entre expectativas crescentes e gratificações, entre privações relativas dos actores sociais e as (in)capacidades de realização dos desejos/objectivos e correlativos sentimentos ou estados mentais de insatisfação ou frustração, de medo ou angústia (cf. DAVIES, 1962; GURR, 1970), embora estes autores não defendam uma relação causal directa entre privação e revolta³. Por fim, no campo da sociologia (HOMANS, 1983: 33 ss) e da antropologia, mas com conotações psicológicas, outros recorrem a *ethos* ou síndromas de inspiração psicosocial e moral para compreender certos comportamentos recorrentes de determinadas classes/grupos sociais (vg. o 'amoral-familista' em Banfield, 1958; o "inveioso" em Foster, 1972, em relação aos camponeses).

Outras teorias lidam com o conflito como algo central nas sociedades, uma vez que assumem como pressuposto básico a existência de conflitos como algo inerente às sociedades estratificadas ou de classes. Porém, entre os teóricos do conflito, importa distinguir entre Weber (1978: 53) e os (neo)weberianos (DAHRENDORF, 1959: 165 ss; PARKIN, 1979) e outros teóricos do poder como Moore (1966: 453 ss), Wolf (1974: 301), Sckocpol (1979: 11 ss), Tarrow (1994), por um lado e, por outro, Marx e Engels (1998) e (neo)marxistas tais como Poulantzas (1975), Wright (1985), Benschop (1993). Enquanto para os primeiros o conflito é perspectivado como forma de luta pela conservação ou conquista de poder, em que a demarcação de interesses entre classes, elites, etnias ou grupos adstritivos, sendo uma das suas expressões, não é necessariamente antagónica, mas passível de concertação social; para os segundos o conflito, nomeadamente de classes, é estrutural, irreduzível e antagónico. Para que surja acção colectiva no âmbito do movimento sindical será necessária não só a presença de condições objectivas de vida comuns como uma consciência de classe forjada nas lutas sociais, precedida, em regra, mas sem linearidade, duma percepção da identidade de classe. Com efeito, é necessária uma efectiva consciência de classe – "o sentido tornado consciente da situação histórica da classe" (LUKACS, 1976: 51).

Para grande parte dos marxistas e leninistas, se infere igualmente que quanto mais deteriorada a situação objectiva no sentido da proletarianização e da pauperização absoluta, maior a probabilidade de emergir a acção colectiva, violenta, revoltosa. Esta tese, no que respeita às várias camadas do campesinato, conduziu a uma velha polémica entre os leninistas e os populistas russos, num primeiro momento e, num segundo, entre os subsequentes marxistas ortodoxos e alguns estudiosos do campesinato como Wolf (1974: 300) que, com base no conceito de *'tactical power'* – de resto coincidente com o conceito de poder de disposição weberiano (*verfügungsgewalt*) (WEBER 1978: 53) –, pela posse de mais recursos e mobilidade geográfica do campesinato médio, atribuía a este maior predisposição e capacidade para a luta do que o camponês pobre e dependente (SILVA, 1998: 48). Neste quadro, se, por um lado, redutora é a explicação das mais díspares acções sociais – incluindo obviamente a acção colectiva – pela luta pelo poder, tal como o fazem Dahrendorf (1959) e Parkin (1979), por outro lado, tão pouco fecunda é a explicação monocausal económica por parte de marxistas ortodoxos, dado que em certos temas, como na análise dos movimentos sociais, o político releva e, não raro, de modo incisivo, pelo que, como sustenta Silva (1998, 2005), é *“de perfilhar os esforços que têm sido feitos no sentido de abandonar o velho e algo anacrónico dilema entre infra-estrutura e supra-estrutura em favor de uma mútua influência e co-presença de vários factores e, sobretudo, co-estruturação de níveis de análise: societal ou socioestrutural, organizacional-político e interaccional”* (2005: 126), tal como o têm advogado Bader e Benschop (1989), Bader (1991), retomando o esquema de Luhman (1982), embora não partilhando as premissas estrutural-funcionalistas deste último.

Para perceber a emergência, a consolidação ou o enfraquecimento da formação identitária de um movimento social, suas condições, fases e eventual eclosão/ruptura ou integração na ordem vigente, socorremo-nos do esquema analítico de Bader (1991, 2005, 2007). Mais, para que um movimento ou mobilização social emerja e se torne eficaz, importa:

(I) que os respectivos actores de determinada(s) classes, grupos ou categoria(s) sociais dominada(s) sejam, de facto, vítimas de processos de exploração

e/ou dominação em estruturas e contextos específicos por parte de instituições (inter)estatais e classes/grupos sociais dominantes em contextos históricos específicos (colonial, fascista-nazi, imperialista, formação de Estados-Nação, urbanização, migrações), sendo eventuais movimentos produtos sociais dessas estruturas e contextos específicos;

(II) que haja desequilíbrios e injustiças no acesso e no grau de controlo de recursos e recompensas e que os grupos explorados ou dominados, pelo lugar ocupado nas situações de desigualdade adscritiva e posicional e nas relações de poder assimétrico, sejam percebidos como “ameaçadores” ou “usurpadores” de “direitos” e “privilégios” da maioria;

(III) que determinadas estruturas sociais específicas possibilitem ou contribuam ao aparecimento e/ou reforço de determinada categoria ou grupo social, enquanto potencial actor colectivo, cujas auto e heterocategorizações estejam sedimentadas e concretizadas em determinadas situações históricas concretas;

(IV) que a formação de classes ou grupos sociais, assente em experiências vividas pelos próprios actores sociais, se transmita através da cultura e do *habitus*⁴ social, ou seja, através dos discursos, já dominantes, já dominados, implicando culturas, linguagens e hábitos específicos, uma identidade e interesses objectivos (materiais, legais, simbólicos) percebidos como relevantes e mobilizadores para uns e outros;

(V) que os respectivos grupos sociais – dominantes e dominados –, no processo de formação da sua cultura, identidade e interesses específicos, articulem objectivos, estratégias e tácticas para a acção, o que, face a ideologias naturalizadoras da exploração, da discriminação e da opressão, se impõe a elaboração, por parte do(s) grupo(s) dominado(s), uma utopia específica no sentido de libertar-se das normas cognitivas dominantes;

(VI) que cada uma das classes/grupos/categorias, para alcançar os objectivos enunciados, consiga associar-se, superar eventuais diferenças internas e organizar-se numa linha política ampla e abrangente na base de interesses comuns, não obstante a diversidade e a heterogeneidade de quadros e líderes e respectivos grupos de apoio, dimensão esta que remete para as questões organizacionais e de poder;

(VII) que na acção colectiva sejam mobilizados recursos de poder disponíveis, não só os recursos internos (cultura, *habitus*, identidade, organização, liderança) como externos (aliados, instituições estatais, princípios jurídicos e políticos), podendo estes últimos serem decisivos quer nos processos negociais, quer nos resultados dos conflitos;

(VIII) que sejam ponderadas e incluídas na estratégia as oportunidades de acção externa, a fim de atrair potenciais aliados, neutralizar terceiros indecisos e responder a contramobilizações dos adversários e, deste modo, negociar, conciliar e/ou fazer face ao confronto.

A verificação ou não destas precondições ou factores permite compreender a emergência, a polarização ou a diminuição do conflito social, tendo, contudo, presente que determinadas consequências intencionais e não-intencionais deverão ser vistas não apenas como efeitos mas também como causas que afectam, alteram ou transformam as estruturas sociais e políticas existentes, nomeadamente estatais.

3. ORIGENS, TRAJECTOS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: O ASSENTAMENTO GREGÓRIO BEZERRA

O Assentamento Gregório Bezerra, com 267 hectares, implantado em 1996, é o resultado de uma forte insistência dos trabalhadores rurais sem terra em permanecer na propriedade canavieira, tendo sido efectuadas duas ocupações no local, as quais sofreram elevadas doses de violência por parte dos ‘capangas’ a mando do latifundiário.

O sistema de moradia utilizado é a agrovila; no entanto e por opção, duas famílias, quando da distribuição de terras, optaram por residir no próprio lote destinado à prática agrícola. No que concerne às características das habitações, é de salientar que elas compreendem cozinha, sala, variando o número de quartos entre dois e quatro e, geralmente, um compartimento destinado à casa de banho, sendo os equipamentos, quando existentes (vaso sanitário, chuveiro), tributários do improvisado das famílias. As habitações contam ainda com um pequeno espaço exterior, onde as famílias cultivam alguns géneros alimentares e mantêm o gado de que dispõem.

Em termos de infra-estruturas e equipamentos, são de salientar: a presença de electrificação (apenas na agrovila), a ausência de água canalizada (obrigando a constantes deslocações a nichos de água nas áreas de cultivo agrícola) e saneamento básico. Existe uma escola, onde actualmente apenas funciona o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e a alfabetização para jovens e adultos, realizando-se ainda no local as reuniões da Associação / cooperativa. O assentamento conta ainda com uma casa de farinha, estando em construção um edifício destinado a uma agroindústria de doces.

Relativamente à organização do assentamento em termos de instâncias de participação, discussão e representação, existem dois núcleos de famílias, pelos quais se dividem os assentados: a associação e a cooperativa, ambas revelando algumas insuficiências.

No tocante aos rendimentos auferidos pela produção agrícola familiar, verifica-se que eles são tendencialmente baixos: 62% dos agregados com rendimentos (*rendas*) até 100 reais mensais; 29% entre 101 e 200 reais e 5% entre 201 e 300 reais. Anote-se que 91% das famílias afirmaram usufruir de outros rendimentos (programas sociais, aposentadoria e outras actividades profissionais), o que acentua, de forma ténue, algumas das diferenças interfamiliares. Em todas as famílias, porém, são manifestas as dificuldades de sobrevivência.

A população em análise revelou uma notável homogeneidade, quer com relação a baixas habilitações escolares – 62,5% não sabe ler nem escrever – quer em termos das origens sociais pobres e difíceis trajetórias de vida. A totalidade dos casais entrevistados e uma larga maioria dos inquiridos são oriundos de famílias de trabalhadores agrícolas, nomeadamente de trabalhadores de engenho, na condição de *moradores*⁵, situação a que muitos deles se viram sujeitos, desde tenra idade até o momento da desagregação de tal sistema, a partir dos anos sessenta.

Efectivamente, todos os assentados contemplados na amostra já haviam exercido a actividade agrícola anteriormente, correspondendo o momento imediatamente anterior, na maioria dos casos, à fase de penetração da lógica mercantil na agricultura e, desta forma, ao trabalho assalariado sazonal – nomeadamente no corte da cana-de-açúcar, cultura

secularmente preponderante na região. Eram, amiúde, afectados por períodos consideráveis de desemprego, com graves consequências em termos de subsistência do agregado familiar.

As memórias da infância e juventude, passadas em engenhos, surgem quase sempre marcadas pela dureza das condições de vida, ainda que, comparativamente à situação de assalariados rurais sazonais, tal vivência assumia alguma valorização. Para tal, apontam as seguintes afirmações:

Na rua era demais; era pior do que quando a gente trabalhava nos engenho (...) quando a gente morava na rua, não tinha emprego (...) enquanto a gente tava trabalhando era bom porque... chegava uma conta de luz, a gente pagava, chegava uma conta de água, a gente pagava... sobrevivia... qualquer coisa a gente ainda podia comprar.

E um outro: "...a gente só saía quando já tinha onde trabalhar (...) naquele engenho também já tinha casa... já tinha casa, já tinha tudo esperando pela pessoa... já tinha trabalho, tinha onde trabalhar”.

Tal prende-se com a relativa segurança em termos de subsistência, aspecto pertinentemente avaliado por Scott (1977) como característica básica da *economia moral* campesina, cuja racionalidade apresenta traços específicos que, ainda que imbricados com elementos da racionalidade liberal, não se confunde com ela, como pretende incorrectamente Popkin na sua discussão com Scott – um tema desenvolvido em Portugal por Silva (1987, 1998) e Sobral (1999).

Embora o ingresso no trabalho assalariado constitua uma mudança importante em termos sócio-económicos e profissionais, tal não constitui um processo de mobilidade ascensional face à situação vivenciada pelos pais, significando, não raro, um agravamento das condições de vida. Este quadro marcado pela precariedade das condições de vida, aliado ao transgeracional enraizamento espacial e à produção agrícola familiar, bem como o conhecimento de exemplos de relativo sucesso na conquista de assentamentos e o teor dos discursos empreendidos pelas lideranças, impulsionaram as famílias pobres e destituídas a ingressar no Movimento:

(...) nós morava lá na cidade, na ponta da rua, cê sabe que pobre só mora em favela. Trabalhava quatro mês por ano e ficava o resto parado...e aí a gente decidiu... um povo do MST fez trabalho de base (...) era pa gente ganhar uma terra, pa trabalhar, nunca mais depender de patrão... ficar independente... não depender de patrão, de latifundiário... aí nós seguimo isso aí.

Porque... porque queria um pedacinho de terra para trabalhar, pa ver se melhorava nossa situação, né?! Porque a pessoa... como no caso da gente agora... eu com esses cinco filho (...) Se eu morasse na rua, eu tenho a maior certeza do mundo que meus filho talvez não me obedecessem como obedece aqui.

(...) os filhos dizia, tou com fome, tou com fome e a gente não podia fazer nada (...) A gente pensamo: antes ficar acampado e lutar prà que as coisa chegue, prà ter terra prà plantar, do que ficar na rua (...) os minino roubando.

A ideia de posse da terra e de luta pela mesma assumem, acima de tudo, o significado da procura do mínimo necessário à própria sobrevivência. É de facto notória a ausência de trajectos marcados por experiências de organização e acção colectiva, o que nos remete tanto para a fraca representatividade de movimentos sociais até à década de oitenta, quanto para o isolamento e relativa estabilidade que caracterizava a situação de trabalhador de engenho, detectando-se apenas estratégias de resistência em termos individuais ou familiares.

A sujeição às difíceis condições inerentes à situação de acampado, à discriminação, bem como o risco intrínseco a situações de conflito, só parece de facto compreensível, se atendermos às posteriores duras condições objectivas e à percepção de ausência de alternativas à subsistência, o que constituiu um pre-requisito básico e objectivo para a luta dos trabalhadores rurais sem terra. Foi, porém, a própria experiência de organização e acção empreendida pelo MST que possibilitou a passagem da percepção

de classe destituída e ostracizada, numa matriz de desiguais oportunidades e condições de vida, para a progressiva emergência de um sentido colectivo de conflito e de certa predisposição para a luta e materialização da ocupação da terra. A pesquisa documental associada à observação nalguns contextos da acção pedagógico-organizacional, por um lado e, por outro, reivindicativo-contestatória por parte do movimento, bem como os relatos da população relativos aos tempos de acampamento parecem dar algumas luzes sobre a questão supracitada:

Foi um sofrimento. (...). Era falta de tudo, falta de comida (...) e as criança toda adoecia (...) não tinha ninguém que a gente pudesse recorrer (...), já tinha aquela mancha de ser acampado, eles já tinham medo da gente. (...) como se a gente fosse assim... uma peste.

(...) em questão de união, era união o tempo todo. (...) ninguém tinha nada, ninguém tinha previsão de nada. A gente sabia que tava lá... agora não sabia quando ia, sabe?! Sabia só que... tinha a expectativa de ir pr'aquele lugar, de mudar de vida. Acho que era isso que fazia a gente se unir e todos se unia.

Quando a gente entrou, a gente não pensava nem em colectivo porque não sabia nem o que era (risos). (...) se fosse uma pessoa só que viesse pr'aqui, não tinha nem um aqui n'era.

Depois que a gente começou, que a gente conheceu o MST, eles ensinou muita coisa, muita coisa ao pessoal e... e muita gente aí... que não sabia ler, não sabia escrever, não sabia assim... até conhecer, muita coisa lá fora.

Efectivamente, é com o ingresso no movimento que se dão os primeiros passos no trabalho colectivo que, conjuntamente com o envolvimento em todo o leque de actividades de índole pedagógica e organizacional – participação em sectores, comissões, núcleos, cursos, etc. – tendentes ao debate, participação e decisão, levam a uma intensa rede de solidariedade,

geradora de um sentido de comunidade de interesses e percepção elementar de uma identidade comum – proto-consciência de classe face a opositores bem delimitados, os latifundiários; e com pressão variável sobre o Estado, que ora cede, ora procura conter o Movimento. A efectivação de tal oposição, mediante as diversas acções de cariz externo – como as marchas, passeatas, ocupações e outras manifestações de protesto, sempre envoltas de uma elevada componente simbólica, desde a indumentária, aos cânticos e frases de ordem, entre outras – também ela assume um papel fundamental no surgimento de tal identidade, não raro exaltando-se a coragem na resistência:

(...) aqui... nós fomos um dia pelas quatro horas da madrugada... chegamos lá e de noite fomos despejados por... é... pistoleiro, né?! Eu ocupei... e ainda dei umas pancada (...) passei um bocado (...) eu sei o que sofri.

(...) se não acontecer passeata, ocupação (...), a gente nunca tem nada, que eles não fazem nada não. É um modo de fazer pressão... se não fizer pressão (...) pa vê se eles... solta algum projecto pa gente trabalhar... eles não solta não.

(...) porque tudo o que a gente quer não tem aqui ninguém atrás não... a gente é que tem de correr atrás pa conseguir. (...) A gente faz aquilo... que é mais amostar pr'o governo... federal... pr'o mundo... que a gente tá necessitado. E aí eles acha que a gente são baderneiro; mais não... só que a gente tá reivindicando porque... não vai ninguém do governo do Estado pr'a ver que a gente tá passando fome, que tá doente.

Foi no MST que me dei por gente (...) fui vitorioso no MST.

Os tempos do acampamento são, pois, sempre lembrados com um misto de amarga tristeza pelas efectivas dificuldades que comportaram, e de saudosismo pelo sentido de comunidade e união que se havia construído, levando à conquista do assentamento. Essas lembranças agora surgem de forma um tanto diluídas pela vivência mais individualizada no assentamento.

As actuais condições de vida, nomeadamente por comparação às anteriores, são vistas como positivas, mas é manifesto que a generalidade das famílias assentadas se confronta com notórias dificuldades de sobrevivência. Aos entraves de cariz natural, como o clima e as características do solo, que condicionam os níveis de produtividade, soma-se a prevalência da dependência face à lógica do sistema, ora latifundiário ora capitalista envolvente. Meios de produção como sementes, máquinas e produtos permanecem apanágio das classes dominantes, verificando-se uma dependência a montante no contexto agro-industrial e face ao capital financeiro (necessidade de crédito bancário e entraves no acesso) e a jusante na comercialização dos produtos (o escoamento é feito de modo individual ou nas feiras envolventes).

Os próprios constrangimentos de índole “natural”, mas fruto da inconsequente exploração monocultural canavieira, seriam também eles superáveis se houvesse um efectivo investimento estatal em termos de mecanização e concessão de equipamentos. Por outro lado, dados os parcos rendimentos auferidos mediante a produção agrícola familiar, muitos dos trabalhadores vêem-se, ainda que a contragosto, compelidos ao trabalho assalariado sazonal, de forma a obterem um acréscimo de *renda*.

A relativa valorização da situação actual acaba, pois, por residir na segurança e relativa estabilidade das condições de vida, assumindo o factor trabalho inegável importância, como podemos verificar pelo teor do discurso que segue: “Anoitece, amanhece, a gente não vê problema de roubo... não vê... não vê violência... não vê bagunça... temo a roça da gente, a gente podemos criar galinha (...). Aqui (...) graças a Deus me sinto bem.”

O trabalho de campo veio confirmar o princípio da *ética de subsistência* defendida por Scott (1976) e demais autores anteriormente referidos. Porém, os trabalhadores não só querem mais, como, mesmo em termos de subsistência, denotam também uma avaliação negativa perante a situação actual, percebendo-a como insustentável, verificando-se mesmo uma desilusão face às expectativas inerentes ao ingresso no Movimento. Tal é expresso nas palavras de uma entrevistada que afirma: “(...) antigamente não faltava serviço... o problema é o serviço que falta. (...) Hoje

eu olho pr’a trás e vejo que... sabe?!... A gente... eu acho que o sonho da gente era demais... tanto sofrimento... mais recompensa.”

Pese embora as dificuldades sócio-económicas e a maior ou menor desilusão face às expectativas iniciais e não obstante a aprendizagem e percepção de uma identidade comum, não surge, por limitações de envolvente externa e a falta de aliados, nomeadamente a omissão do Estado na questão agrária, a materialização duma acção colectiva concertada no sentido da inversão/transformação da realidade social. Aos constrangimentos estruturais de ordem económica e estatal acrescem as próprias debilidades da participação, quer nos organismos colectivos do assentamento, quer nas acções mais globais do movimento. Os condicionamentos estruturais e as limitações organizativas fazem com que a vivência como assentado, ainda que teoricamente respeite os princípios de participação colectiva defendidos pelo MST, tenda, pois, para um regresso à individualização do trabalho e das estratégias de sobrevivência familistas. Importa, entretanto, referir que tal não surge como algo irreversível ou aceite de modo generalizado por parte dos assentados que, pela experiência das vitórias passadas na acção colectiva, chegam a considerar o processo de individualização como um obstáculo à obtenção de melhores condições de vida, ou mais concretamente, à satisfação dos seus interesses não só médio-longo como a curto prazo:

(...) quem não tem é difícil de adquirir... aí a maneira melhor de se adquirir é ir, entrar na luta memo.

(...) eu tinha vontade era de prosseguir na luta pa frente porque não pode parar, não pode parar a luta; a luta tem de continuar... se a luta parar, acabou tudo (...) a luta continua. A gente precisa de um crédito, habitação... (...) Se não levantar a cabeça... se baixar a cabeça, a reforma agrária se acaba de uma vez.

Ainda que surja com alguma evidência a existência da *percepção de um conflito de classe* (GIDDENS, 1982) – que pressupõe o reconhecimento de interesses antagónicos entre classes –, parece persistir, pois,

alguma confusão no que está, de facto, na génese de um tal sistema desigual que, em última instância, os coloca numa situação de notória precariedade. Entre os assentados, para além do apego a condições mínimas de subsistência, prevalece, todavia, mais uma atitude expectante que de luta pela mudança, o que os torna, em larga medida, particularmente permeáveis à valorização de medidas “populares” de índole reformista empreendidas pelo governo, entendidas, amiúde, como uma benesse:

*(...) o governo Lula tá ajudando muito a gente (...) tem muita gente aqui que tá sendo ajudada (...), fez o bolsa escola, o bolsa família (...). Tá sendo muito bom.
(...) dizem que ele roubou muito mais se ele se candidatar hoje, o meu voto será novamente dele (...) eu vou sempre votar nele. Porque eu acho que se existe alguma coisa pa gente hoje... que pode esperar alguma coisa, é através dele.*

De novo aqui se aplica a ideia da segurança, em primeiro lugar, como refere Scott (1977), em que o camponês exige do Estado o que exigia ao patrão – o mínimo considerado justo em troca do seu trabalho. Aliás, é este apego à necessidade de segurança que explica por que é que assentados houve que formalizaram aproximação ao movimento apenas depois de terem acesso à parcela e moradia. O parcial desencantamento em relação às expectativas iniciais é também devido às limitações das estratégias ou ao afrouxamento das lideranças do MST, evidenciando a importância de umas e de outras, não só no sucesso como no insucesso, expressos nalguns desabafos críticos: “O Movimento devia andar mais pelos assentamentos. Tem de exigir mais e ficar mais forte”. “Prometiam que a gente ia viver aqui de beleza, mas eu acho que há gente aqui que fica noite sem janta.”

A relação de dependência face às lideranças é verificável tanto pelas críticas negativas, quanto pelas positivas, que lhes são endereçadas. Entre a culpabilização pelo moroso processo de melhoria das condições de vida ou pelas “promessas” não cumpridas e os elogios face à conquista da terra e a todo o processo de aprendizagem que integram os trajectos

de militância, é pois atribuído às lideranças o grosso da acção conduzida pelo Movimento em que são eles próprios – trabalhadores rurais sem terra – os principais actores.

Sem a satisfação de interesses mais imediatos, como são os da criação de efectivas condições de sobrevivência, dificilmente os trabalhadores rurais sem terra enformariam o MST. É neste que eles se revêem como classe, emergindo o que se poderia denominar de identidade dos sem terra; de qualquer forma, a prossecução da luta e sua efectivação num plano mais global no pós-assentamento, será tributária, quer da força da socialização inerente ao momento anterior ao mesmo, marcado por conflitos e por diversas acções de cariz colectivo, quer da manutenção deste mesmo envolvimento colectivo que condiciona o modo como encaram não só a sujeição como a eventual superação do sistema capitalista.

4. CONCLUSÃO

É sabido que o MST se defronta com dificuldades diversas, nomeadamente pela força da oposição à luta que desenvolve (desde a elite proprietária, aos *media*, passando pelo próprio Estado, também ele sujeito a constrangimentos variados) e pelas contradições externas em que se vê envolvido. É hoje exigido o estabelecimento de parcerias várias em torno de uma causa que, longe de se restringir aos trabalhadores rurais sem terra, compromete a sociedade no seu todo, dado que se prende com uma questão que urge resolver – a miséria em que vivem os trabalhadores rurais no Brasil –, embora o que está em jogo, em última instância, sejam as desigualdades sociais inerentes ao próprio sistema capitalista. Esse é um objectivo para o qual o MST pode, como outros movimentos, contribuir, mas que o ultrapassa, pois necessita de enquadrar a sua luta noutras, em âmbito mais global, no Brasil e no mundo. Mais preocupante para o MST é a articulação das lutas, a criação de aliados e, internamente, a superação das suas deficiências organizativas, de modo a não defraudar a sua base social de apoio: os trabalhadores rurais sem terra.

Com todos os obstáculos inerentes à necessária combinação entre as tácticas e as estratégias no curto e no longo prazos, o que tende a dotar de alguma ambigüidade a situação de assentado, urge, pois,

uma dinâmica mais participativa dos assentamentos, simultaneamente dentro e fora dos mesmos. Se, num primeiro momento, as lideranças terão de assumir um papel preponderante a este nível, importará caminhar para uma imbricação global em termos de acção e decisão, combinando mecanismos de democracia directa, representativa ou associativa. Trata-se de efectivar os princípios defendidos pelo Movimento e que, de alguma forma, surgiram de forma mais incisiva quando no acampamento. Só mediante as experiências de luta, solidariedade e partilha poder-se-á caminhar para uma consciência revolucionária e, assim, para prossecução não apenas da luta pela democratização da terra como também da luta global contra o capitalismo, preconizada pelo MST, que de qualquer forma, tem assumido um papel contra-hegemónico de suma relevância, quer em termos nacionais quer internacionais, denunciando e agindo em prol duma sociedade mais equitativa, justa e solidária.

NOTAS

- 1 Esta comunicação emana de dois contributos: um de carácter mais teórico-reflexivo sobre a acção colectiva, por parte de Manuel Carlos Silva, cujo contributo, na esteira de Bader (1995) e doutros trabalhos (SILVA, 1998, SILVA *et al* 2006), é de certo modo aferido num trabalho empírico no assentamento Gregório Bezerra, conquistado pelo Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, trabalho este realizado durante seis meses (01/11/2005 – 30/04/2006), correspondendo ao seminário de investigação da segunda autora no quadro da Licenciatura em Sociologia – Ramo de Políticas Sociais – sob a orientação do primeiro autor.
- 2 Foram inquiridos todos os titulares das 23 parcelas de terra com vínculo ao MST (perfazendo um total de 41 questionários). Apesar de, oficialmente, só ser considerado um titular pelo agregado familiar, tratando-se de casais, o questionário foi aplicado a cada um dos membros do casal, do mesmo modo que as entrevistas, considerando uma maior riqueza de informação e complementaridade de “memórias” e eventual confronto de perspectivas divergentes. Seleccionaram-se, assim, treze casais, mediante os critérios de entrada no assentamento por via do MST e facilidade de contacto. Dada a permanência no assentamento durante períodos intercalados de cerca de uma semana, a participação nas rotinas diárias dos assentados foi bastante importante em termos de observação, somando-se a presença em diversas acções de luta e acampamentos do movimento.
- 3 Segundo a teoria da privação relativa, se a insatisfação ou o descontentamento pode de modo mediado provocar a revolta e a acção violenta, também a melhoria das condições pode

fazer aumentar as expectativas que, quando não efectivadas, podem fazer surgir a frustração e, com esta, a revolta. Para mais desenvolvimento, cf. Silva (1998: 44-48).

- 4 Este conceito, enquanto sistema de disposições duráveis e transponíveis e matriz de percepções, apreciações e acções, é nuclear na definição da identidade (étnica, de classe, de género ou outra) e é tributário do contributo de Bourdieu (1979:190) que o define “*um princípio gerador de práticas objectivamente classificáveis e sistema de classificação (principium divisionis)*”. *Habitus* é um conceito mediador entre estrutura e acção, entre nível macro e micro, sem que haja completa homologia entre macro-estrutural e micro-interactivo, dado que no nível micro opera também o estrutural e vice-versa (cf. GIDDENS 1984). Também, entre nós, cf. Almeida (1981: 239-240).
- 5 *Morador* é o termo usado no Nordeste do Brasil, para designar aquele trabalhador rural que, não tendo a propriedade da terra, reside e trabalha na propriedade de outrem. A condição de *morador* implica certas obrigações desse trabalhador para com o dono da terra (nota da revisora).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, in *Análise Social*, vol XVII, 66: 231-251.
- BADER, Veit M. (1991), *Collectief Handelen*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit M. [2007 (1995)], *Racismo, etnicidade, cidadania*. Porto: Afrontamento.
- BADER, Veit M. (2005), “Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico”, in *Revista de Sociologia*, 1: 15-39.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BANFIELD, Edward (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*. Nova Iorque: The Free Press.
- BELL, Daniel (1973), *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen*. Amesterdão: Spinhuis.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- DAVIS, James (1962), “Toward a Theory of Revolution”, in *American Sociological Review*, vol. XXVII, 1: 5-19.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- EISENSTADT, S. N. e RONIGER, L. (1984), *Patrons, Clients and Friends*. Cambridge: Cambridge University Press.

- FOSTER, Georges (1972), "The Anatomy of Envy: a Study in Symbolic Behaviour", in *Current Anthropology*, vol. 13, 2: 165-186.
- FREUD, Sigmund (1921), "Psicología de las masas y análisis del yo", in *Obras Completas I*: 1127-1165. Madrid: Biblioteca Nueva.
- GIDDENS, Anthony (1982), "Class Structuration and Class Consciousness", in A. Giddens e D. Held (orgs). *Classes, Power and Conflict*, 157-174, Londres: Macmillan Education.
- GOHN, Maria da Glória (1995), *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola.
- GURR, Ted Robert (1970), *Why Men Rebel*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- HOMANS, George (1983), "Steps to a Theory of Social Behavior", in *Theory and Society*, 12: 1-45.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1968), *Political Order in Changing Societies*, New Haven.
- INGLEHART, Ronald (1993), *The silent Revolution. Changing values and political styles among the Western mass publics*, North Stratford, NH: Irvington.
- LE BON, Gustave [1986(1895)], *La Psicología de las masas*. Madrid: Morata.
- LUHMAN, Niklas [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LUKACS, George (1976[1945]), "A consciência de classe", in O. Velho et al. (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*: 11-59. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert [1966 (1954)], *Eros and civilization*. Boston: Beacon Press.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Hugin.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: teoria e estrutura*. S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- MOORE, Barrington, Jr. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of Modern World*. Boston: Beacon Press.
- OFFE, Claus (1992), *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Sistema.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*. Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspéro.
- SCOTT, James (1976), *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London, Yale University Press.
- SKOCPOL, Theda (1979), "State and Revolution. Old Regimes and Revolutionary Crises in France, Russia and China", in *Theory and Society*, vol. 7: 7-96.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), "Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência", in *Análise Social*, 97: 407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), "Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: algumas notas", in J. M. Viegas e E. C. Dias (orgs.), *Cidadania, integração social e globalização*. Oeiras: Celta.
- SILVA, Manuel Carlos, (2005) "Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda", in M. C. Silva (org.), *Nação e Estado: entre o global e o local*; 125-149. Porto: Afrontamento.
- SMELSER, Neil J. (1962), *Theory of Collective Behaviour*. Londres: Routledge and Kegan Paul, Ltd.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Passado e presente numa aldeia da Beira*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- TARROW, Sidney (1994), *Power in movement*. Cambridge: Un. Press.
- TOURAINÉ, Alain (1978), *La Voix et le Regard*. Paris: Seuil.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WERTHEIM, W. (1971), *Evolutive en Revolutie. De golfslag der emancipatie*. Amesterdão: Van Gennep
- WOLF, Eric [1974 (1969)], *Les guerres paysannes du vingtième siècle*. Paris: Maspéro.
- WRIGHT, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres, Nova Iorque: Verso.